

|                      |      |
|----------------------|------|
| AGRADECIMENTOS ..... | VII  |
| APRESENTAÇÃO .....   | XIII |
| INTRODUÇÃO .....     | XVII |

## CAPÍTULO 1

### A EXECUÇÃO COMO COMPONENTE DA JURISDIÇÃO

|   |   |
|---|---|
| 1.1. Jurisdição e tutela jurisdicional: dimensão atual .....  | 1 |
| 1.2. O direito fundamental de ação e a execução .....   | 3 |
| 1.3. O direito aos meios executivos “adequados” e “tempestivos” como corolário do direito fundamental de ação ..... | 4 |

## CAPÍTULO 2

### TUTELAS DE URGÊNCIA

|  |    |
|--|----|
| 2.1. O direito à razoável duração do processo como corolário da garantia do devido processo legal e da efetividade da prestação jurisdicional .. | 9  |
| 2.1.1. Tempo e processo. A urgência de tutelar e as tutelas de urgência para eliminar as vicissitudes causadas pelo tempo .....                  | 11 |
| 2.2. Tutelas de urgência .....   | 12 |
| 2.2.1. A urgência como elemento de diferenciação da tutela padrão ..   | 12 |
| 2.2.2. Campo de atuação das tutelas de urgência. Modalidades .....   | 15 |
| 2.2.3. Pretensões à segurança e à satisfação .....   | 18 |
| 2.2.4. Medidas de segurança para a execução e de execução para a segurança .....   | 22 |

|  |    |
|--|----|
| 2.2.5. Medidas cautelares e antecipadas .....  | 23 |
| 2.2.6. Tutela antecipada .....   | 28 |
| 2.2.7. Tutela cautelar .....   | 32 |
| 2.2.7.1. Poder geral de cautela e poder cautelar de ofício .....   | 37 |
| 2.3. Tutelas de urgência em execução para pagamento de quantia .....   | 40 |
| 2.3.1. Medidas de execução para a segurança e de segurança para a execução .....   | 40 |
| 2.3.2. “Medidas acautelatórias” em execução para pagamento de quantia: abrangência .....                                   | 42 |
| 2.3.3. “Poder geral de cautela”, “poder antecipatório genérico” e “poder acautelatório genérico em execução”: função ..... | 44 |

## CAPÍTULO 3

### ANTECIPAÇÃO DE TUTELA EM EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA (MEDIDAS DE EXECUÇÃO PARA A SEGURANÇA)

|  |    |
|--|----|
| 3.1. Arresto executivo .....   | 47 |
| 3.1.1. Contornos do instituto .....  | 47 |
| 3.1.2. Arresto executivo, arresto cautelar e averbação do ajuizamento da execução .....                    | 50 |
| 3.1.3. Procedimento do arresto .....   | 51 |
| 3.2. Penhora <i>online</i> .....   | 53 |
| 3.2.1. Nova sistemática da penhora .....   | 53 |
| 3.2.2. Natureza da penhora <i>online</i> : antecipação do ato executivo para a segurança da execução ..... | 56 |
| 3.2.3. Natureza da indisponibilidade de bens .....   | 57 |
| 3.2.4. A penhora <i>online ex officio</i> .....  | 58 |
| 3.2.5. A penhora <i>online</i> e os princípios que regem a execução para pagamento de quantia .....        | 59 |
| 3.2.6. Limitações à penhora <i>online</i> . O direito de defesa do executado .....                         | 63 |
| 3.2.7. Penhora <i>online</i> de percentual de faturamento de empresa .....                                 | 67 |
| 3.3. Alienação antecipada de bens .....  | 69 |
| 3.3.1. Conceito e natureza jurídica da alienação antecipada .....  | 69 |
| 3.3.2. Cabimento da alienação antecipada .....   | 72 |
| 3.3.3. Procedimento .....  | 76 |
| 3.4. Execução provisória .....   | 83 |
| 3.4.1. Finalidade e natureza jurídica .....  | 83 |

|  |    |
|--|----|
| 3.4.2. “Execução imediata” ou “execução provisória-completa” ..... | 86 |
| 3.4.3. Regramento da execução provisória .....                     | 90 |
| 3.4.4. Execução provisória e título extrajudicial .....            | 94 |

## **CAPÍTULO 4**

### **TUTELA CAUTELAR EM EXECUÇÃO PARA PAGAMENTO DE QUANTIA (MEDIDAS DE SEGURANÇA PARA A EXECUÇÃO)**

|  |     |
|--|-----|
| 4.1. Ação cautelar de arresto .....  | 99  |
| 4.1.1. Finalidade e natureza jurídica .....  | 99  |
| 4.1.2. Arresto e execução .....  | 100 |
| 4.1.3. Arresto, averbação do ajuizamento da execução, arresto executivo<br>e sequestro .....                               | 104 |
| 4.1.4. Pedido e causa de pedir do arresto .....  | 106 |
| 4.1.5. “Prova literal” de “dívida líquida e certa” .....   | 110 |
| 4.1.6. Legitimidade .....  | 114 |
| 4.1.7. Aplicação subsidiária do regramento da penhora .....  | 116 |
| 4.1.8. Demais regras da penhora aplicáveis ao arresto .....  | 120 |
| 4.1.9. Suspensão e extinção do arresto .....   | 122 |
| 4.2. Ação cautelar de arrolamento de bens .....  | 124 |
| 4.2.1. Finalidade e natureza jurídica .....  | 124 |
| 4.2.2. Arrolamento de bens, sequestro e arresto .....  | 126 |
| 4.2.3. Cabimento .....   | 127 |
| 4.2.4. Procedimento .....  | 129 |
| 4.3. Ação cautelar de protesto contra alienação de bens .....  | 131 |
| 4.3.1. Protestos, notificações e interpelações .....   | 131 |
| 4.3.2. Protesto contra alienação de bens: natureza jurídica .....  | 133 |
| 4.3.3. Causa de pedir do protesto contra alienação de bens .....   | 135 |
| 4.3.4. A publicação de edital e a averbação do protesto contra alienação<br>de bens no registro imobiliário .....          | 136 |
| 4.4. Averbação do ajuizamento da execução .....  | 140 |
| 4.4.1. Finalidade e natureza jurídica .....  | 140 |
| 4.4.2. A averbação da distribuição da execução e a fraude de execução .....  | 141 |
| 4.4.3. Tipologia da fraude contra credores e da fraude à execução .....  | 142 |
| 4.4.4. A fraude à execução e o momento de sua configuração: eventuais<br>reflexos da disciplina do art. 615-A do CPC ..... | 145 |

|  |     |
|--|-----|
| 4.4.5. O registro da penhora e da citação e o terceiro adquirente de boa-fé .....          | 148 |
| 4.4.6. O termo inicial da fraude de execução e averbação da distribuição da execução ..... | 151 |
| 4.4.7. A averbação da distribuição da execução e o direito de preferência .....            | 154 |
| 4.4.8. O dever de informação ao juízo das averbações efetivadas .....                      | 155 |
| 4.4.9. Averbações “indevidas”: alcance .....   | 156 |
| 4.4.10. O abuso da faculdade de averbar e a responsabilidade objetiva do exequente .....   | 158 |
| 4.5. Indisponibilidade de bens e “proibição de dispor” .....                               | 159 |
| 4.5.1. Contornos do instituto .....  | 159 |
| 4.5.2. Indisponibilidade de bens na Lei de Improbidade Administrativa .....                | 162 |
| 4.5.3. Indisponibilidade de bens na Lei de Execução Fiscal. A medida cautelar fiscal ..... | 168 |
| <b>CONCLUSÕES</b> .....  | 175 |
| <b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....  | 179 |